

31ª RBA
GT 30 – Eleições e política
(coord. Marcos Otavio Bezerra e Wilson José Ferreira de Oliveira)

Visita e voto: composições relacionais da festa, da casa e da política

Ana Carneiro (UFSB)

Resumo: Com base em dados etnográficos coletados em uma localidade de agricultores familiares do Sertão norte-mineiro, exploramos as implicações conceituais da associação, percebida localmente, entre “a política” e as “visitas”. Tal articulação leva-nos a uma comparação entre “o tempo da política” e “o tempo das festas”, quando também se intensificam as práticas de “fazer visita”. Observamos esses “tempos” como momentos de “ruptura do cotidiano” (Palmeira e Heredia, 1997), mas cujos acontecimentos produzem efeitos importantes nas dinâmicas da vida rotineira, modulando arranjos relacionais *através dos tempos*. Durante “as festas”, os parentes em visita instigam no anfitrião a promessa de retribuição: visitar aquele que o visitou (“pagar a visita”). Com isto, a circulação de parentes conecta casas nas quais se reforçam, se reconfiguram e se desfazem vínculos, em uma constante recomposição de formações coletivas. No tempo da política, diversamente, a dádiva da visita instaura outra modalidade de relação. Nesta, candidato(a)s a vereador(a) fazem a visita esperando do anfitrião uma retribuição que sabem ser incerta: o voto. Por este caminho, cabe questionar: como se delimitam ou se cruzam as composições relacionais desses dois diferentes “tempos” e quais suas repercussões na vida cotidiana? Como se conectam as dinâmicas da “casa”, da “festa” e da “política”? Como as mudanças na conjuntura nacional se refletem nas relações caseiras da política? Tais questões ganham peso e relevância em uma região economicamente dominada pelos “gaúchos” do agronegócio.

*

Baseio-me aqui no material etnográfico sobre o povo dos Buracos, ao norte de Minas Gerais, coletado sobretudo entre 2006 a 2010. Pretendo explorar a articulação entre “a política” e as “visitas”, fazendo uma comparação entre “o tempo da política” e “o tempo das festas”, quando também se intensificam as práticas de “fazer visita”. Como se delimitam ou se cruzam as composições relacionais desses dois diferentes “tempos” e quais seus cruzamentos com a vida cotidiana? Como se conectam e se distanciam as dinâmicas da “casa”, da “festa” e da “política”?

Os Buracos situam-se no município de Chapada Gaúcha, nome recebido em função do povoamento ocorrido no final dos anos 70, pelas auto-nomeadas “famílias pioneiras”, vindas do sul do país para plantio de grandes monoculturas, estimuladas por um projeto de assentamento do Governo Federal durante o Regime Militar. O povo dos Buracos é formado por agricultores familiares descendentes de gente daquela região. Na antiga Fazenda dos Buracos, moram hoje espalhados por cerca de 40 casas de famílias conectadas por consanguinidade e/ou de

afinidade. A circulação de visitas é tida por eles como grande fonte de prazer. Nos finais de semana, nos dias santos ou mesmo em datas comuns, quando há uma brecha na rotina da casa e da lavoura, as famílias se visitam e fazem disso um tema de conversa constante. Aos que foram fazer visita, o povo não se acanha em perguntar sobre os detalhes: quanto tempo os visitantes ficaram numa ou noutra casa, o que comeram, o que prosearam? Quando a dona da casa e seu marido ficam sabendo que houve visita em casa de um vizinho e os visitantes não vieram prosear com o casal, em geral se queixam, mostrando-se ofendidos.

Nas férias escolares, que coincidem com o tempo das folias dos Santos Reis, o “tempo das festas”, a circulação de visitas intensifica-se enormemente. Nessas épocas, muitos dos filhos, netos, sobrinhos e afilhados, que deixaram a roça para “caçar sorte” na cidade grande, voltam para onde estão seus pais. Estes, com a casa cheia de filhos adultos, netos, noras e genros, reúnem a família e vão todos caminhar um par de horas para visitar os parentes de outras vizinhanças, outras beiradas de rio. Para evitar queixas, o grupo de visitantes passa em todas as casas da vizinhança visitada; em cada uma delas comem e proseiam em quantidade, como se fosse a única casa a ser visitada. O povo fica animado e muitos moradores da vizinhança se juntam aos visitantes para acompanhá-los no giro pelas casas da vizinhança. Deste modo, a circulação de visitas não só se intensifica, como também amplia o seu alcance, pois ela coloca em relação não apenas “famílias” ou “casas”, mas vizinhanças inteiras, todo um “pessoal”, incluindo aqueles que hoje moram nas capitais. Assim, o povo dos Buracos se subdivide em “povos” nomeados de acordo com os rios que eles utilizam (por ex. povo do Calengue; povo do Retiro; etc). Esses povos correspondem a linhagens de descendência, portanto os donos das casas vizinhas são em geral irmãos entre si. No entanto, nem por isso as casas compartilham as mesmas versões dos causos ocorridos, nos quais muitas vezes as famílias se posicionam em lados opostos. Por outro lado, há causos nos quais as contradições ocorrem no interior de uma mesma unidade doméstica – quando cada membro da família se aproxima de uma rede de relações antagônica à outra, criando cisões internas à casa. Mas essas controvérsias não costumam vir à tona quando os parentes vêm visitar uma casa. Nessas ocasiões, as famílias anfitriãs e visitantes se reúnem para uma prosa prazerosa, sem atritos - cada família tende a expôr uma dose mínima de união interna, além de mostrar concordância em relação aos visitantes. Os temas delicados são apagados pelo silêncio ou se transformam em piadas e brincadeiras que redirecionam o rumo da prosa.

Assim, ao completar o giro das visitas no tempo das festas, uma família de visitantes volta para sua casa e narra, aos seus vizinhos, o caso de seu passeio de visita. Ou seja, tecem suas próprias avaliações a respeito dos causos do pessoal visitado, em suas diferentes versões. Tais versões integram uma circulação narrativa que delimita uma vizinhança, também chamada de pessoal ou povo. Cada vizinhança tende a reunir “famílias” ou “casas” de uma mesma linhagem paterna. A

vizinhança é a unidade posta em relação nessa circulação de visitas. No entanto, a vizinhança não apaga as cisões entre as casas, podemos mesmo dizer que ela se constitui dessas relações nem sempre amigáveis. A vizinhança só existe enquanto configuração de casas singularizadas. Quando se pensa em retribuir uma visita, por exemplo, é a família moradora da casa visitada quem assume a dívida. Pode ser que apenas um membro da visita retribua a visita, e toda a casa estará representada, mas não toda a vizinhança.

A grande quantidade de comida oferecida pelas diferentes casas que recebem uma mesma família em visita à vizinhança indica uma sutil disputa entre as casas visitadas. Percebe-se, por aí, o prestígio que o ato da visita concede à casa anfitriã. Mais do que isto, sabe-se que toda visita será transformada ela mesma em um caso de visita. O visitante descreve ao seu pessoal o caso do povo visitado, detalhando as diferenças entre as versões de cada casa. No circuito de visita, cada uma das casas expande assim suas perspectivas sobre o estado das coisas nos Buracos.

Podemos definir um caso como uma forma narrativa que mapeia as relações entre quem fala, quem escuta e quem é falado – todo caso destrincha essa cadeia relacional, explicitada com mais ou menos detalhes dependendo da distância entre as pessoas postas em relação. Assim, não apenas se narra o mapeamento das relações que conectam narradores e narrados, sobretudo, essas relações são moduladas e afetadas pelo efeito da prosa. Não se deve inferir que a troca de palavras necessariamente conecta. Ao contrário, nos Buracos, toda arte da prosa está em lidar com as possibilidades de ruptura. Daí a quantidade de pequenos cálculos que, como em um jogo especulativo sem fim, depende de um conjunto de elementos situacionais em constante mutação. Assim, a relação entre falantes, ouvintes e falados vai sendo posta em ação à medida que combinações de palavras e gestos silenciosos se sucedem.

Ao se narrar uma visita, narra-se as relações com os visitados, mas sobretudo, narra-se as relações que os visitados mapearam através dos casos contados e agora repetidos. A cada repetição, a versão de um caso se reforça ou se reconfigura, expandindo os efeitos das prosas realizadas nas casas visitadas para além de uma vizinhança. É neste sentido que podemos entender o ato de receber uma visita como fonte de prestígio político para as casas anfitriãs. Mas quem concede a dívida da visita é o visitante. Assim, a futura retribuição da visita por parte do anfitriões fará com que as casas troquem de posição na relação visitante-visitado, deslocando a fonte de prestígio da prosa.

Essa valiosa relação estabelecida na visita é explorada pelos candidatos a vereador que fazem visita às casas buraqueiras (e de outros povos do município) durante o “tempo da política”. Nos Buracos, como em diversas outras localidades do interior do Brasil etnografadas por pesquisadores do Nuap, entende-se esse “tempo da política” como uma espécie de ruptura do cotidiano. Trata-se de um intervalo temporal anterior às eleições, no qual os posicionamentos pessoais, cisões e adesões, se acirram ou se recriam em função das disputas políticas locais, promovendo rearranjos relacionais

entre as famílias ou, muitas vezes, no interior das próprias famílias. Reunindo dados de pesquisas realizadas em diversas pequenas cidades e povoados do interior do Brasil (sobretudo RS e nordeste), Beatriz Heredia e Moacir Palmeira¹ descrevem como, no caso das eleições municipais, os candidatos a prefeito e vice fazem pessoalmente a convocação aos eleitores para que compareçam aos seus comícios. “A convocação formal (oficial) feita pelos carros de som não bastam. Os candidatos fazem visitas aos eleitores, e o que está em jogo é menos um trabalho genérico de convocação ou de convencimento do que *convites pessoais*, de acordo com Beatriz e Moacir. Se uma simples visita já supõe uma retribuição, o convite, por informal que seja, formaliza essa necessidade, explicitando a retribuição que é esperada e criando uma espécie de dívida do dono da casa visitada para com seu visitante”.

Assim, ao descrever a circulação de visitas que os candidatos fazem às casas dos eleitores para convocação aos comícios, Beatriz e Moacir mostram que tal estratégia política baseia-se em um código moral generalizado naquelas localidades: na troca de visitas, a dádiva é oferecida pelo visitante, não pelo anfitrião, como seria na clássica cena do *potlatch* descrito por Mauss. Na vida do povo dos Buracos, isto tem uma implicação política importante, pois remete a uma reconfiguração contínua do poder da prosa, à medida que o anfitrião, ao retribuir a visita recebida, se transforma em visitante, concedendo prestígio e palavra ao outro. A dádiva oferecida pelo visitante é, portanto, o próprio prestígio político da visita. Tal prestígio, entretanto, é necessariamente temporário, pois a difusão da prosa do anfitrião, ou do caso da visita, não costuma durar mais do que algumas semanas.

Aos parentes que vieram visitar, os anfitriões buraqueiros esmeram-se em mostrar sua satisfação em recebê-lo – oferecem comida e conversa em abundância, demonstram animação. Mas mesmo com todo o esmero, ao se despedirem das visitas, costumam dizer-lhes “desculpe qualquer coisa que não saiu do seu agrado”. O excesso de escusas parece dramatizar a situação de dívida em que a família se encontra após receber a honra concedida pela visita. Esta só poderá ser “paga” através de outra visita. Assim, em tom de brincadeira, os visitantes cobram o que chamam jocosamente de “pagamento”. Nós espera ocês lá pra pagar a visita!, dizem aos anfitriões. A cobrança é em tom de brincadeira porque as visitas entre parentes devem ser, por natureza, espontâneas. A retribuição pode levar meses ou anos para acontecer e nunca são explicitadas como pagamento ao que quer que seja. Afinal, qualquer visita caracteriza-se justamente pela ausência de “interesse”, uma vez que se trata, por definição, de uma demonstração de carinho e consideração.

Essa dinâmica de troca é facilmente traduzível para a relação estabelecida na visita dos políticos aos eleitores, quando estes últimos, ao serem visitados, são convidados pelos primeiros a

¹PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. 2010. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ Nuap.

comparecer em seus comícios ou festas de campanha, conforme observaram Beatriz e Moacir. Assim se promove uma espécie de adesão pessoal, um compromisso do eleitor visitado diante do político visitante. Tal compromisso, espera-se, será revertido em voto. Mas o que a visita engaja é antes o sentimento de compromisso pessoal, é este que faz, do voto, não uma moeda de troca, mas um gesto de consideração e compromisso por parte do eleitor.

Nos Buracos, as visitas de políticos são a principal fonte de causos durante o tempo da política, reproduz-se assim, em certa medida, a dinâmica dos giros dos parentes no tempo das festas. Em 2008, ano de eleições municipais, quando eu morava nos Buracos fazendo pesquisa de campo, essa profusão de causos apontava para certas transformações nessa relação entre político e eleitor, graças à Lei 11.300/2006, que proibira tudo que os legisladores consideravam “troca de votos por diversão” (Caprio, 2014)². A nova Lei era o assunto mais comentado: “os políticos não podem dar mais nada!”, repetiam os candidatos e repetiam os eleitores, surpresos. As visitas e os comícios estavam permitidos. Mas os candidatos não podiam oferecer transporte, o que dificultava ou mesmo inviabilizava o deslocamento dos eleitores até o centro urbano onde ocorrem os comícios. Mais impactante era a vedação aos shows de artistas nos palanques políticos, os alegres showmícios. Os candidatos tentavam driblar a regra criando jingles com melodias que reproduziam temas sertanejos de sucesso. A repetição dos jingles e alto volume dava um certo clima de festa ao comício, mas o que eu mais ouvia do povo dos Buracos e povos vizinhos era a avaliação geral de que “a política esse ano está muito fraca! Muito desanimada!”.

Por um lado, frequentemente consideravam que as vedações da nova lei tinham o objetivo de dar maiores condições de igualdade entre as candidaturas dos ricos e os pobres. Por outro lado, avaliavam que política é “coisa de rico”. “Política é coisa séria. Eles têm que saber que entrar em política é pra quem tem dinheiro. Se eles não têm, vai trabalhar na roça!”. A pessoa que teceu esses comentários criticava a candidatura de Paulo Gomes, dos Buracos, que concorria a vereador pelo grupo opositor à coalisão de Mundinho, então prefeito e candidato à reeleição pelo PT, e cuja vitória era tida por todos como garantida. Ninguém considerava que Paulo Gomes tivesse chances de se eleger. Alguns políticos especulavam que ele teria ganhado dinheiro para se candidatar. A análise era que o grupo opositor pagava “só pra dividir os votos na comunidade, pra enfraquecer o candidato forte. Aí a comunidade vota dividido, fica sem representante, e no final ela é que se enfraquece”.

Quando Seo Quincas, pai de Paulo Gomes, foi questionado sobre o assunto, respondeu o que o povo de um modo geral reproduzia. Ele disse: “Pra tudo tem uma mesura, né moço. Já tem umas 3 políticas que ele quer candidatar. Não deu certo, não teve apoio. Agora, o Zé de Erculano ofereceu...”

²CAPRIO, Fernanda. 2014. “O combate à corrupção na legislação eleitoral”. In: *Revista Conceito Jurídico*, ano I, n.09, setembro/2014, ISSN 2526-8988. Disponível em: <https://fernandacaprio.jusbrasil.com.br/artigos/508413934/o-combate-a-corrupcao-na-propaganda-eleitoral>.

Tudo tem uma medida. Aí Paulo candidata, tem uns 5 votos, e pára de querer candidatar. Política não é pra pobre, não! Agora, com essa lei de não poder dar carona; já igualou um pouco, não precisa ter carro... Mas política não é pra pobre, não!”.

O caso de Paulo na política deu dor de cabeça aos seus pais. Certa vez, fez uma denúncia de compra de votos envolvendo o próprio Quincas. Fotografou uns tijolos que haviam sobrado da obra da escolinha municipal, construída no lote Quincas, e usou a foto para acusar o prefeito Mundinho de compra de voto. Logo após o caso, um dos homens da prefeitura, aparentado do povo dos Buracos, veio visitar Maria Velha, tia de Seo Quincas, mas andou também na casa do irmão e vizinho de Quincas, com quem este estava brigado há muitos anos. Através da sobrinha, Quincas soube o verdadeiro intuito daquela visita: queriam que o irmão de Quincas testemunhasse a favor do prefeito Mundinho, contra Paulo Gomes. A situação se complicava diante do fato de que Mundinho era parente do povo dos Buracos, descendia de um ramo que, sem ter a herança da terra, como os primeiros, deslocara-se para formar o Povo do Ribeirão, vizinho dos Buracos.

A associação entre política e dinheiro é tida como criadora de divisão. Sendo temida e criticada, é por isso mesmo objeto de piada. Os “santinhos”, peças publicitárias distribuídas pelos candidatos em suas visitas, com sua foto e número, são chamados de dinheiro pelos buraqueiros, que as repassam aos possíveis eleitores, fazendo graça: “Toma, é dinheiro!”, dizem aos risos. A metáfora do dinheiro diz muito sobre o que pensam os buraqueiros a respeito dos políticos visitantes. Ao contrário das visitas realizadas entre parentes ou amigos chegados, nas visitas de políticos, é sabido que o circuito das casas é descontínuo; encerra-se após as eleições. Os eleitores não farão retribuição em visita aos candidatos, tenham estes sido eleitos ou não. Ninguém espera que a retribuição do eleitor seja feita nos mesmos termos do que foi recebido, isto é, que o pagamento seja uma visita de volta. Mesmo quando vão à procura daqueles que os visitaram e agora estão na câmara ou na Prefeitura, dificilmente terão o mesmo tratamento diferenciado que tiveram quando os políticos comiam em suas casas. Neste sentido, a visita feita por um político estaria menos próxima da dívida entendida como valor que, ao circular, cria vínculo entre os que dão e os que recebem. E estaria mais próxima da mercadoria, no sentido de uma troca que separa mais do que vincula. Esta oposição, entretanto, não pode ser entendida sem considerarmos a ambiguidade própria dos rituais da política.

Como vimos as visitas de políticos estimulam formas personalizadas da relação, capazes de desdizer a dimensão de “interesse” observada pelos eleitores nos gestos dos candidatos. Por um lado, os eleitores dos Buracos vangloriam-se de suas amizades com determinados políticos, da mesma forma com que elogiam a prosa boa de um e outro candidato. Por outro lado, dizem constantemente que “política é um trem feio”, “Não pode misturar pessoa e política”. Com isto, avaliam o que

julgam moralmente condenável nas práticas dos políticos: o “interesse” (em oposição à amizade, à consideração) e a “mentira” (em oposição ao compromisso da palavra honrada).

Que tipo de relação é essa que mistura dinheiro e amizade? Como não tenho base de comparação com relação aos anos anteriores à Lei, não posso fazer afirmações sobre possíveis mudanças de comportamento no tempo da política dos Buracos. No entanto, os inúmeros comentários que a nova legislação gerava entre meus interlocutores parecem evidenciar pressupostos da relação esperada entre eleitores e políticos. Na ausência da oferta de dádivas tais como as festas e o transporte coletivo – capazes de animar essa relação com uma rede de sociabilidade mais ampla do que a circunscrita pela política - o lado interesseiro das visitas dos candidatos parecia ganhar primeiro plano. O sentido da visita reduzia-se muitas vezes ao pedido de voto, o que era visto com desconforto. A obrigação em receber a visita de candidatos, por exemplo, remetia a considerações como a de Seu João, que me explicou certa vez: “Política é um trem feio porque é falso. Quando vem um político te pedir voto, você é obrigado a dizer que vai votar. Diz: ah, vc que é o 1º a me pedir voto! Diz qualquer coisa, mas não vai dizer na cara que não vota. Então não é só os políticos que são falsos. A gente é os primeiros a mentir”. Na mesma linha argumentativa, um grupo de candidatos, conversando a caminho das visitas de campanha aos Buracos, concordavam que os eleitores são mais corruptos do que os políticos, pois eles é que tomam a iniciativa de pedir bens materiais aos candidatos.

O desconforto, por parte dos eleitores, em assumir uma relação explicitamente falsa podia ser driblado por afirmações sinceras, como a de Seu Quincas ao receber um candidato em sua casa na hora do almoço e logo alertá-lo: “Não vou oferecer frango pro senhor porque são muitos candidatos que aparecem por aqui, o senho sabe, e agora que os políticos não podem dar nada...”. Os candidatos, por sua vez, sabiam que não podiam contar com o voto de determinadas casas, cujos anfitriões já haviam declarado voto em outros. A maioria das casas, aliás, era conhecida por sua fidelidade de voto a um determinado candidato, ao longo das várias eleições. Mesmo assim, o consenso entre os candidatos é que não se devia deixar de fazer a visita nem mesmo nesses casos. Que fosse uma passagem rápida, mas era importante “fazer presença”.

Quando sabiam que dificilmente obteriam votos de uma certa família, esforçavam-se em desenrolar uma prosa boa e, em troca, pediam a “ajuda”. “Se não puderem votar em mim, peço ao menos que me dêem uma ajuda, peço pra falar bem de mim”. A categoria “ajuda” aponta para uma pista importante, pois participa da vida cotidiana nos Buracos: seja para levantar um cerca; arranjar um remédio do mato; obter uma inteira de farinha; um bocado de beiju ou rapar mandioca na casa de farinha do vizinho, as ações consideradas “ajuda” são múltiplas entre os vizinhos. Desta forma,

integram um circuito de vizinhança que se diferencia do circuito das visitas feitas entre parentes no tempo das festas.

A vizinhança, pode ser definida, portanto, não só como um circuito de prosa, de circulação de causos, mas também como rede de ajudas mútuas entre as casas. Neste sentido, uma vizinhança pode incluir casas fisicamente distantes, mas ligadas por relações de afinidade, o que implica no deslocamento entre as casas, misturando as famílias. A vizinhança é, portanto, uma unidade coletiva estrategicamente importante para os candidatos. Eles conhecem de antemão as tendências de voto de cada vizinhança e assim calculam e especulam seu número potencial de eleitores em cada comunidade. Quando, por exemplo, Mundinho comentou comigo que “o povo dos Buracos é ruim de mexer”, eu sabia que ele se referia especificamente à vizinhança do povo do Calengue, o rio dos Buracos, onde morava Seo Quincas. Apesar de parentes de Mundinho, esse pessoal era conhecido por sua adesão ao ex-prefeito gaúcho, Eloy Baron.

Em 2008, Baron não era candidato mas veio aos Buracos acompanhado da esposa, que concorria a vereadora. Chegaram em visita à casa de Quincas, que ofereceu um farto almoço, depois foram todos para o quintal de outra casa, que também os recebeu com alegria, e deram início à palestra. Nesta, Eloy Baron rememorou os tempos em que as famílias pioneiras dos gaúchos chegaram a região, estabelecendo a Vila dos Gaúchos, a poucos quilômetros dos Buracos. A memória fazia Baron e seus anfitriões enfatizarem a relação de vizinhança, ajuda mútua e amizade que desde então se desenvolveu entre as famílias dos Buracos e as famílias dos gaúchos.

Se há várias formas de ajuda no cotidiano de uma vizinhança, a ajuda do eleitor consiste em “falar bem” do candidato. No tempo da política, a circulação de palavras intensifica-se em quantidade e também nos efeitos gerados. É a guerra verbal, a pior guerra que se pode fazer contra alguém, como me explicaram certa vez. O ruim da política é que o povo fala demais, muita conversinha no ar. Todos lamentam os efeitos das fofocas na política. Os candidatos beiram a paranoia ao interpretarem gestos e palavras de seus possíveis eleitores. Foi alguma fofoca que fizeram contra mim, avaliam sobre uma conduta inesperada. As visitas, como vimos, são elas mesmas objeto preferencial dos causos, motivando a circulação de causos a respeito das casas visitadas para além das vizinhanças. Desta forma, sob o risco da fofoca e da fofoca, explicitam-se diferenças e distâncias entre as casas de uma mesma vizinhança – casas que, no cotidiano, são misturas pela circulação de prosa e de ajudas rotineiras.

Podemos opor analiticamente as composições relacionais das vizinhanças e das visitas. Creio que isto ajuda-nos a avançar em uma reflexão sobre a oposição suposta entre as relações do cotidiano e as do tempo da política. Como definir a fronteira incerta dividindo essas duas experiências de tempo?

Ao final das eleições, ouvimos pessoas celebrando: que bom que acabou a política, o clima estava muito tenso! Não que o assunto desapareça por completo após o pleito: quando um eleitor vitorioso joga fumo no terreno de um perdedor, por exemplo, o caso vira briga, dando continuidade às tensões. Mas, de modo geral, o clima tende a se apaziguar no mesmo momento em que os políticos desaparecem das casas dos eleitores. De acordo com o que já observaram Beatriz e Moacir, as relações entre eleitores e políticos deixam de ser singularizadas ou pessoalizadas nos vínculos criados pelos rituais da campanha eleitoral, e se transformam em uma relação hierarquizada entre o político individualizado e a massa anônima de eleitores. Esta configuração já é experimentada pela divisão entre o palanque político e o seu público, nos comícios, e se reforça depois que o tempo da política se encerra. É então que a política deixa de ser o tema principal das conversas nas casas e volta a ser encarada pelos eleitores como um “assunto dos outros”, “coisa deles”, “mexida de prefeitura”.

No entanto, como também destacam esses autores, mantém-se um constante risco de invasão do cotidiano pela política, promovendo acirramento ou renovação de conflitos e cisões referentes à “política”, assim como hierarquizações que não respeitam as dinâmicas de equilíbrio de poder da vida cotidiana. Gostaria aqui, para concluir, reforçar nosso interesse sobre o risco inverso, isto é, o da invasão da política pelo cotidiano. A partir do material etnográfico que busquei expôr aqui, parece-me que pensar essa “invasão” numa dupla direção pode-nos abrir boas pistas sobre as diferentes composições relacionais que dão sentido ao voto, evidenciando uma certa imposição, por parte dos eleitores, de modalidades de relação distintas das hierarquizações e cisões da política. Que modalidades de relação seriam essas? Talvez, nesses termos, a pessoalização das relações políticas aponte para configurações diferentes da maneira como costumamos encará-las, sob a marca do “clientelismo”.